

Pedra & Cal

Revista do Grémio das Empresas
de Conservação e Restauro
do Património Arquitectónico

a-198

MUSEU CALOUSTE GULBENKIAN

Ano III - N.º 12 Outubro/Novembro/Dezembro 2001 - Publicação trimestral - Preço 900\$00 - 4,48 € (IVA incluído)



Intervenções em Museus

O ensino universitário da Museologia



João Carlos Brigola*

Uma das mais decisivas transformações que se têm vindo a operar nas Ciências do Património é a consolidação do seu estatuto universitário. De facto, a crescente afirmação e autonomia de saberes disciplinares como a História da Arte, a Recuperação do Património Arquitectónico, a Conservação e Restauro, e a Museologia tem passado em grande medida pela organização universitária da investigação e do ensino.

No que à Museologia toca, a formação em exercício dos profissionais de museus tinha sido competência atribuída ao Museu Nacional de Arte Antiga, onde durante uma década (1965-1974) se ministrou o Curso de Conservadores de Museus. Com a suspensão deste Curso - episodicamente retomado, em novos formatos, por entidades como o IPPC (Instituto Português do Património Cultural) ou a APOM (Associação Portuguesa de Museologia) - instalara-se um prolongado debate, e uma indefinição legal, sobre a melhor maneira de prover à formação profissional dos técnicos superiores de museus.

A partir dos inícios da década de noventa as universidades portuguesas passaram a oferecer cursos de pós-licenciatura (pós-graduações e mestrados) em Museologia. Uma parte da comunidade museológica, de formação tradicional nas práticas profissionais e nos antigos cursos de conservadores, procurou resistir então à 'intrusão' universitária argumentando contra o carácter teorizante desta modalidade de formação e advertindo para o perigo de assim se poder instalar uma dicotomia entre profissionais e académicos. Destes sectores partiram propostas - inspiradas

no caso da parisiense "École du Louvre" - para ser retomada a função de "Museu Normal" dantes atribuída ao "Museu das Janelas Verdes" ou, nessa impossibilidade, a criação de um curso "oficial" numa das universidades.

Em contraste com esta posição (cada vez mais residual, diga-se) a instituição da tutela, o Instituto Português de Museus, tem superado bem as dúvidas que, no passado, formulou quanto ao lugar de excelência ocupado pelas universidades na produção de um discurso cien-

"... a formação em exercício dos profissionais de museus tinha sido competência atribuída ao Museu Nacional de Arte Antiga"

tífico na área da Museologia, defendendo que "para a prossecução das suas atribuições, compete ao IPM (...) q) fomentar o desenvolvimento da investigação, designadamente nos domínios da história, história de arte, etnologia, arqueologia, musicologia, museologia e da conservação, em articulação com as universidades e outros centros de investigação" (Artigo 3º) (Lei Orgânica do I. P. M., decreto-lei n.º 161/97, de 26 de Junho).

A sua actual directora, Raquel Henriques da Silva, é ela própria um caso ilustrativo das novas e diferenciadas possibilidades de formação dos museólogos, já que tem conjugado carreira académica e científica com a adopção de responsabilidades directivas em museus. Não por acaso, cremos, tem sabido incentivar e reconhecer a produção do discurso universitário da Museologia, ao mesmo tempo que se tem batido pela qualificação do tecido museológico nacional

através, por exemplo, do apoio incondicional à institucionalização da Rede Portuguesa de Museus. O ensino universitário da Museologia não significa, naturalmente, nem o alheamento da *praxis* (o trabalho técnico-profissional levado a efeito no território do Museu), nem sequer a elaboração e divulgação, pelos académicos, de teorias eruditas desfasadas desta realidade. Por outro lado, o contacto exclusivamente experimental dos profissionais com as colecções não produz, por si só, um saber cientificamente fundamentado, nem tem representado em rigor um acréscimo da investigação divulgada e publicamente testável. Se reduzida a mero receituário de "boas práticas", a Museologia mais não seria que o regresso anunciado a uma Museografia que alguns já apelidaram de "good house keeping", produtora preferencial de manuais de "economia doméstica" dos museus.

Observando de perto a estrutura curricular dos diferentes cursos pós-graduações, fácil será verificar que ela procura equilibrar e sabiamente dosear teoria e prática, quer através dos conteúdos disciplinares ensinados, quer mesmo pela formação dos docentes, muitos deles provenientes, como especialistas convidados, do universo das práticas museológicas. O ensino universitário da Museologia tem procurado incentivar a reflexão teórica entre a comunidade museológica, contribuindo para a construção de uma visão estratégica sobre o papel dos museus na vida contemporânea e, sobretudo, para a formação técnico-científica e humanística dos profissionais. Prevalecem, é certo, algumas dificuldades de articulação entre a re-